

RESUMO PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

Título :

TURISMO SUSTENTÁVEL DE BASE COMUNITÁRIA NA REGIÃO DO
PARQUE NACIONAL DA RESTINGA DE JURUBATIBA:
PROJETO PILOTO QUISSAMÃ

Autores:

Dalila Silva Mello, Maria Inês Paes Ferreira, Marisa Magalhães Pinto Carneiro da
Silva, Germano Rangel, José Ricardo Pedruzzi e Saulo Cristiano Barbosa.

Contexto do trabalho e justificativa:

Em 2002, um coletivo de atores sociais do Entorno¹ do PARNA Jurubatiba elaborou, com apoio do Fundo Nacional de Meio Ambiente, um diagnóstico sócio-ambiental participativo que subsidiou uma oficina de planejamento, a partir da qual foi construído o **Plano de Sustentabilidade do Entorno do PARNA Jurubatiba**. Na ocasião, como o Conselho do Parque ainda não estava formado, o conselho gestor do projeto acabou funcionando como um fórum de debates sobre o Parque, que potencializou uma aproximação das instituições parceiras entre si e com o Parque.

Desde então, este coletivo de atores, atualmente legalmente constituídos no Conselho Consultivo do PARNA Jurubatiba, vem se reunindo buscando juntar esforços para viabilizar a implantação do Parque e a do Plano de Sustentabilidade, que tem como projeto principal o turismo sustentável de base comunitária no entorno do Parque. Além disso, a região contém ainda diversos pequenos fragmentos de fisionomias diversas do bioma Mata Atlântica que estão correndo o risco de desaparecer.

Para além dos recursos naturais, também o patrimônio cultural existente na região está ameaçado, seja pelos impactos antrópicos diretos e/ou indiretos decorrentes das atividades econômicas caracterizadas pela alta concentração de capital, seja pela falta de investimento em recursos materiais e humanos para sua conservação.

O projeto pretende enfrentar este problema estimulando outra atividade econômica, o turismo, baseada em outro modelo de desenvolvimento, o sustentável de base comunitária, que escolhido pela comunidade em processo participativo, busca por um lado superar a dilapidação do patrimônio natural e cultural, e por outro a inclusão social.

¹ O entorno do PARNA Jurubatiba é formado por terras que compreendem os municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã, na região da Costa do Sol, no Estado do Rio de Janeiro.

No desenrolar deste processo, a ONG 3Hs (Homem, Habitat, Harmonia), sediada no Município de Quissamã, que contém 65% da área do PARNA Jurubatiba, em parceria com a Prefeitura Municipal de Quissamã, O CEFET Campos/Unidade Macaé, o IBAMA/PARNA Jurubatiba, o SEBRAE/RJ e o SENAC, com a participação de várias representações da comunidade, elaboraram um projeto piloto para Quissamã.

Recentemente, no segundo semestre de 2005, a notícia da aprovação do projeto no edital do PDA Mata Atlântica, trouxe muita motivação, pois os beneficiários do projeto, que foram os próprios autores das políticas públicas locais, viverão o desafio de serem co-responsáveis pela concretização das ações propostas, que foram construídas através de processos de planejamento participativo.

Objetivos:

O objetivo do projeto aqui relatado é contribuir para a construção de um modelo de **Turismo Sustentável de Base Comunitária**, a partir do fortalecimento das instâncias locais de gestão participativa, de forma a gerar trabalho e renda entre outros benefícios diretos à população local, no sentido de auxiliar na consolidação do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba; incentivar a criação de outras Unidades de Conservação para proteger fragmentos remanescentes da Mata Atlântica; preservar o patrimônio histórico e cultural, relacionado principalmente ao Conjunto Arquitetônico do Ciclo do Açúcar e às manifestações folclóricas e gastronômicas da comunidade quilombola, visando à minimização da pressão antrópica sobre o Bioma Mata Atlântica.

Metodologia:

A estratégia básica é a gestão participativa e a capacitação dos vários segmentos sociais em busca do aumento do capital social local, que resulte numa incorporação das várias dimensões da sustentabilidade no modelo econômico do Município de Quissamã. Assim, numa virada copernicana, os resultados socioeconômicos da presença de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral poderão ser disseminados aos outros municípios da região, como potencializadores da atividade econômica, e não como entrave.

A postura ética diante dos atores e parceiros locais do projeto constitui premissa central da perspectiva metodológica adotada. Para tal, os parceiros são realmente entendidos não apenas como beneficiários, mas também como co-autores do projeto. Na verdade a própria equipe técnica é formada por profissionais e

ambientalistas regionais que vêm acumulando experiência na elaboração e execução de propostas, como alternativa de enfrentamento aos problemas locais, numa região de intensa dinâmica social, capitaneada pela impactante exploração de petróleo. Para tal, o respeito aos seus valores éticos e culturais representa responsabilidade essencial da iniciativa. Com esse compromisso, a gestão do projeto deve ser capaz de buscar mediar os diversos conflitos, interesses e usos, sem negligenciar os segmentos comunitários, por vezes associados a formas de organização ainda incipiente. Da mesma maneira, toda e qualquer ação do projeto é compatível com os acordos negociados durante todo o processo desde a fase de planejamento.

Reflexões Centrais para Políticas Públicas:

A vivência do processo de formação do Conselho do PARNA Jurubatiba, e o atual processo de revitalização do Conselho Municipal de Turismo de Quissamã, que terá como missão cumprir o papel de “ esfera pública” na gestão do Projeto Piloto Quissamã, levam ao reconhecimento dos conselhos enquanto componentes fundamentais na tomada de decisões sobre o planejamento e a gestão de áreas protegidas.

O caráter deliberativo dos conselhos é fundamental para a plena e eficaz participação das comunidades e setores locais na implantação e gestão das áreas protegidas, bem como para o compartilhamento de benefícios resultantes da ocorrência de tais áreas.

O equilíbrio entre a utilização das áreas protegidas para o ecoturismo e a conservação da natureza nestas áreas, depende mais de estar alicerçado em projetos de planejamento e monitoramento da visitação, bem construídos em processos participativos, com parâmetros e padrões transparentes, com amplo esclarecimento aos ecoturistas e a comunidade, do que de zoneamentos e planejamentos excessivamente restritivos, que reforçam a dicotomia entre homem e natureza.

Bibliografia

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (et al.) Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação. 2ª ed. (revisada e atualizada). Rio de Janeiro: IBAMA, 2005.

DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE – 2003
Comissão Editorial: TRAJBER, Rachel. (et. Al.) Brasília: MMA, 2004.

GESTÃO PARTICIPATIVA DO SNUC – (Org.) FERREIRA, Iara Vasco (et.al.)
Brasília: MMA- Diretoria do Programa de Áreas Protegidas, 2004.